

ORÇAMENTO DE 2022

Governo admite reajuste a policiais

Secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle diz que peça orçamentária foi aprovada com R\$ 1,7 bilhão para aumento, mas que ainda não foram definidas as categorias. Ele nega conhecer acordo para o pagamento de bônus aos auditores da Receita

» ROSANA HESSEL

Apesar de reafirmar que o reajuste dos policiais prometido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) não está totalmente previsto no Orçamento de 2022, o Tesouro Nacional admitiu que será possível detalhar a previsão de R\$ 1,7 bilhão para essa finalidade ao longo de janeiro.

“Essa discussão ainda está por ser feita, e não está definido como o reajuste ocorrerá ao longo do mês de janeiro. Ainda não temos uma definição”, afirmou o secretário do Tesouro, Paulo Valle, ontem, durante a apresentação do resultado das contas públicas de novembro, quando o governo registrou rombo fiscal acumulado de R\$ 49,3 bilhões (leia reportagem na página 7).

Valle negou conhecer acordo para o pagamento de bônus de eficiência aos auditores da Receita Federal e afirmou que “ainda é cedo” para falar em repercussão de reajuste para as demais categorias. “É um assunto a ser definido. É cedo para falar sobre repercussão para demais categorias, para além das já contempladas”, afirmou. “Sei

Washington Costa/Ascom/ME



Segundo Valle, o detalhamento ocorrerá nos próximos dias para a sanção do Orçamento

que o Orçamento foi aprovado com R\$ 1,7 bilhão (de reajuste para os policiais), mas não estão definidas as carreiras. As diretrizes eram de um não reajuste ao

longo de 2022”, completou. Segundo ele, o detalhamento ocorrerá nos próximos dias para a sanção do Orçamento aprovado pelo Congresso.

No último dia 16, o Ministério da Economia encaminhou ao Congresso um ofício solicitando a reserva de R\$ 2,8 bilhões em despesas no



É um assunto a ser definido. É cedo para falar sobre repercussão para demais categorias, para além das já contempladas. Premissa até então era de não reajuste em 2022”

Paulo Valle, secretário do Tesouro

pasta, ainda estão em aberto o valor dos reajustes e as carreiras contempladas — o processo está sendo gerenciado pela Secretaria de Gestão (Seges).

Por determinação de Bolsonaro, o governo vai conceder reajuste para os servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Conforme os dados fiscais do Tesouro, devido, em grande parte, ao congelamento dos salários, houve queda de 5,1% nas despesas com pessoal (descontada a inflação), de janeiro a novembro deste ano — na comparação com o mesmo período de 2020 —, para R\$ 308,1 bilhões. Na mesma base de comparação, a despesa total encolheu 24,1%, somando R\$ 1,523 trilhão.

A sinalização do governo para conceder reajustes apenas aos policiais deixou as demais categorias descontentes, e a mobilização para greves está em curso. O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), por exemplo, aprovou um calendário de mobilização da categoria de servidores públicos por reajuste salarial.

IMÓVEIS

Privilégio para AGU e ministros

O governo de Jair Bolsonaro editou portaria que permite a ministros de Estado usarem imóvel funcional mesmo que sejam proprietários ou cessionários de residência em Brasília. O privilégio também é concedido ao advogado-geral da União, mas proibido aos demais servidores públicos. O ato é assinado pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

“É vedada a cessão de uso de imóvel funcional a servidor quando este, seu cônjuge, companheiro ou companheira amparados por lei: for proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel residencial em Brasília, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação da construção; não tiver recolhido aos cofres públicos quantias devidas, a qualquer título, em decorrência de utilização anterior de imóvel funcional pertencente à Administração Pública Federal, direta ou indireta; já ocupar imóvel funcional, mediante outorga de permissão de uso; ou tiver sua estada custeada mediante auxílio-moradia, enquanto não cessado por situação habilitadora à fruição de imóvel funcional”, diz a portaria.

Excetuam-se da exigência relativa à propriedade de imóvel residencial, no entanto, “os casos de imóveis funcionais destinados aos ministros de Estado ou ao advogado-geral da União”, acrescenta.

Prioridades

Também conforme o texto, “a decisão de outorga de imóvel funcional obedecerá a necessidade de serviço e atenderá, preferencialmente, à seguinte ordem hierárquica: ministro de Estado, ocupantes de cargo de natureza especial na Presidência da República e ocupantes de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, níveis 6, 5 e 4 em órgãos da Presidência da República”.

A portaria, publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* de ontem, estabelece critérios para a utilização e o controle do uso de imóveis funcionais no âmbito da Presidência da República. O texto já está em vigor e traz regras para solicitação de uso dos imóveis, critérios de desempate dos pedidos, taxas e encargos.



2022

Transformações
Mudanças
Novas possibilidades

Um novo ano traz recomeços, promove mudanças e nos dá novas chances.

Conte conosco.
Estamos sempre com você.

Paulo Octavio®